

O PETROLEIRO RO

Edição Especial 60 Anos
www.sindipetro.org

60 ANOS



UM SINDICATO

FEITO DE

LUTAS

1964

O Boletim Voga, dos trabalhadores da Regap, já dava o alerta sobre as iniciativas golpistas

p.3

1994

A produção da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, foi parada totalmente pela 1ª vez

p.5

2020

Petroleiros impõem primeiro grande enfrentamento sindical no Governo Bolsonaro

p.7

Editorial

Lutar vale a pena!

Com emoção, celebro 60 anos de existência com orgulho de uma jornada repleta de lutas e momentos memoráveis. Contemplando a trajetória que construímos juntos, deixo um recado aos petroleiros e petroleiras do futuro: lutar sempre vale a pena!

Minha história oficial teve início em 14 de agosto de 1963, impulsionada pelos ideais de corajosos trabalhadores reunidos na construção da Refinaria Gabriel Passos, em Betim. Trabalhadores e trabalhadoras cientes de que as lutas coletivas são mais poderosas. Cresci enfrentando adversidades, superei intervenções, multas e punições injustas. Até tive bens penhorados, mas jamais vacilei diante daqueles que tentaram sufocar nossas greves, pois juntos, jamais tememos a luta!

Assim como a mítica Hidra, a cada cabeça que arrancavam, renascíamos com ainda mais força e ímpeto, acumulando vitórias e conquistas, tornando-nos uma das categorias mais combativas do país. Entre acertos, erros e obstáculos, nunca renunciei ao propósito de me tornar a voz destemida daqueles que ousaram sonhar.

Caminhando lado a lado com outras organizações, seguimos transformando a história de Minas Gerais e do Brasil. Diante do legado conquistado, digo àque-

les que só querem explorar o nosso trabalho e dilapidar o patrimônio público: meu nome é sinônimo de resistência e meu espírito de luta jamais será quebrado.

Tenho um passado entrelaçado com a história das batalhas do povo brasileiro, vítima das injustiças de um capitalismo implacável. A minha história me credencia a continuar no combate às desigualdades e a lutar por mais justiça social, defendendo com unhas e dentes a classe trabalhadora petroleira e o povo brasileiro. Como sempre proclamamos, “Defender a Petrobrás é defender o Brasil”.

Nessas seis décadas, compartilhamos debates e até divergências, mas uma verdade inquestionável permanece: nossas escolhas refletem o pulso da conjuntura que enfrentamos. Em meio a negociações por melhores condições de trabalho e de vida e nas grandes batalhas pela preservação do papel estatal da Petrobrás, estivemos juntos na grama, definindo o melhor caminho a seguir. Assim como a tenda na frente da refinaria, que nos acolhe e protege do sol e da chuva, a nossa união funciona como um escudo contra os ataques que sofremos. Cada assembleia ou paralisação nos torna cada vez mais fortes.

Ao longo dessa jornada, presenciamos desmontes e interferências que tentaram

minar nossos esforços, assim como nos entristecemos diante de tragédias que ceifaram vidas e incapacitaram companheiros e companheiras de luta, mas não esmorecemos. Por esses 60 anos, agradeço a todos vocês que compartilharam a solidariedade nos momentos difíceis, que derramaram lágrimas pelos demitidos e mortos injustamente e se empenharam incansavelmente nas lutas pela reintegração e por dias melhores.

Talvez me enxerguem como uma entidade definida por estatutos sociais, como um prédio ou um grupo de dirigentes que tomam decisões em nome da coletividade. Contudo, sou muito mais que isso. Sou a encarnação viva dos anseios da categoria petroleira, um defensor incansável dos direitos, um participante ativo nas batalhas democráticas da sociedade. Sou a personificação de cada um de vocês, uma entidade coletiva que transcende o individualismo em prol de um objetivo maior.

Sou o Sindipetro/MG, um sindicato feito de pessoas que não temem a luta e acredita que o bom combate vale a pena. O Sindicato somos todos nós. Unidos, marchemos adiante, desafiando o tempo e as adversidades com a mesma resoluta determinação que nos guiou até aqui.



O PETROLEIRO
EXPEDIENTE

Av. Barbacena, 242 - B. Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30190-130
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DO SINDIPETRO/MG • DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
Eugênio Macedo, Felipe Pinheiro João Henrique Souza • JORNALISTA André Quintão, Debora Junqueira •
DIAGRAMAÇÃO André Quintão • E-MAIL imprensa@sindipetro.org.br • SITE www.sindipetro.org



Início marcado pela resistência à Ditadura Militar

Em assembleia, realizada em maio de 1963, foi aprovado por unanimidade transformar a Associação dos trabalhadores nas obras de construção da Regap em Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo no Estado de Minas Gerais. Em 14 de agosto de 1963, nascia oficialmente o Sindipetro/MG e somente cinco anos depois era inaugurada a Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim.

Naquele período, o Brasil vivia uma grande crise. O Governo João Goulart sofria resistência ao tentar passar as “Reformas de Base” e logo aconteceu o Golpe Militar. Na véspera, em 31 de março de 1964, o Boletim Voga, jornal oficial dos trabalhadores da Regap, já dava o alerta sobre as iniciativas golpistas e clamava a organização da classe trabalhadora em defesa da democracia rumo à transformação estrutural do país.

Com o Golpe, uma aliança ci-

vil-militar de direita assumiu o poder e os sindicatos foram perseguidos, dirigentes cassados, presos, torturados e mortos. A primeira gestão do Sindipetro/MG tinha como presidente, Walter de Assis e na diretoria, Sandra Starling (ex-deputada federal pelo PT). Em seus primeiros anos, o Sindicato sofreu intervenção e tentativas de impugnação de diretores eleitos. Na Ditadura Militar, não havia negociação salarial, o reajuste era imposto pela empresa. Os

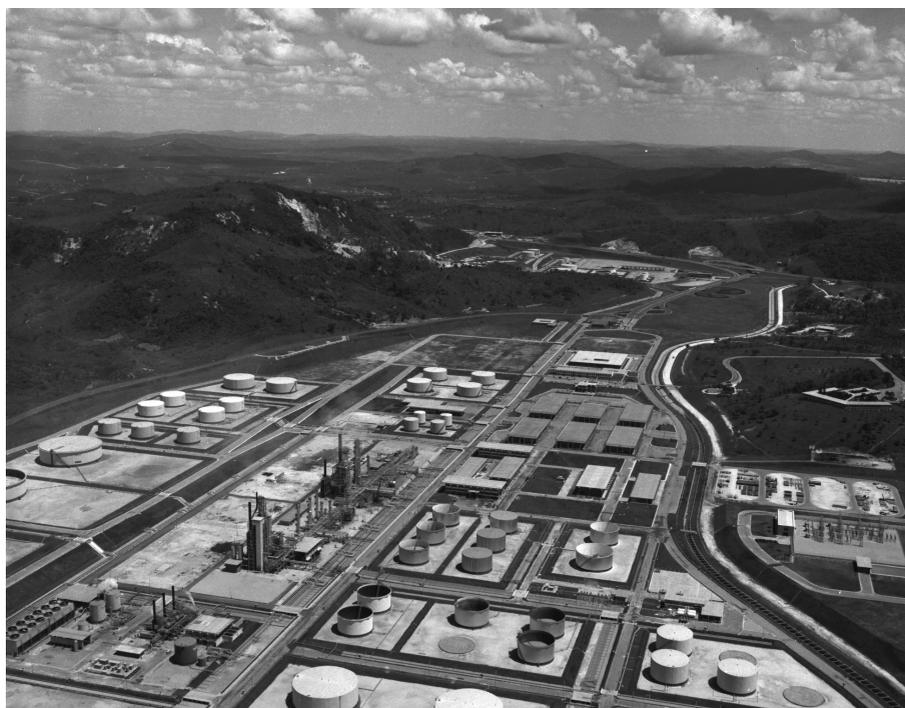


petroleiros filiados ao Sindicato eram vigiados, mas, mesmo com toda a repressão, a maioria se manteve sindicalizada.

O ex-presidente do Sindipetro/MG, Agnaldo Aquiles Quintela (1968), conta que, naquela época, conseguir realizar reuniões de trabalhadores já era algo vitorioso. Em 1968, os metalúrgicos de Contagem fizeram a primeira greve no re-

gime militar, movimento que se repetiu em Osasco (SP). Mesmo diante das perseguições políticas, os petroleiros estavam lá apoiando e manifestando a luta em defesa da Petrobrás, do salário e do emprego. “A greve dos metalúrgicos acordou o país. Foi uma politização fantástica e um grande avanço, mesmo com as pessoas apanhando muito. A partir daí, sentimos nascer a força do povo por mudança”, avalia Quintela.

No entanto, a década seguinte continuou com ainda mais repressão. Em agosto de 1973, nos informes do Sindipetro/MG há relatos sobre a dificuldade em mobilizar a categoria, diante das ameaças de punições, demissões e prisão. Documentos divulgados pela mídia, apontam que a Petrobrás colaborou com a perseguição do regime militar aos chamados “subversivos”.





Surgimento de um novo sindicalismo e lutas pela redemocratização

O espírito de resistência da categoria petroleira durante os anos de chumbo perdurou nos anos 80 e impulsionou a retomada democrática no país. Surgiu o Novo Sindicalismo, combativo e classista com a participação ativa de dirigentes petroleiros. Em Minas, o então presidente do Sindipetro/MG, Wagner Benvides (Gestões 1979/82), foi um dos petroleiros que participaram ativamente da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980.

Em 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde o dirigente do Sindipetro/MG, Márcio Nicolau Machado (Gestões 1983/1999), teve um importante papel na vitória das oposições sindicais e na formação de diretorias de caráter classista e mais combativas.

Em um cenário em que a in-

flação era altíssima, vários pacotes econômicos eram lançados. As desigualdades sociais aumentavam a pressão dos trabalhadores de várias categorias que retomaram as mobilizações por direitos em pleno regime militar.

A categoria petroleira protestava contra os decretos que retiravam direitos dos trabalhadores e feriam diretamente a soberania nacional e, entre os dias 7 e 10 de julho de 1983, petroleiros da Bahia e de Campinas cruzaram os braços numa greve histórica. Foi a primeira greve do Sistema Petrobrás com parada de produção. Em Minas, a categoria realizou uma de suas maiores assembleias da época que decidiu por uma paralisação de 24 horas, mas por razões diversas a greve acabou não ocorrendo.

Em 1984, ganhou força o movimento Diretas Já, marcado

por grandes manifestações de rua e pressão popular que culminaram na aprovação da emenda constitucional que permitiu as eleições diretas em 1989, quando foi eleito o presidente Fernando Collor de Mello. As lutas da categoria, além das questões trabalhistas, giravam em torno da anistia dos petroleiros demitidos em greves, assim como pela reintegração dos anistiados do regime militar garantidos pela Lei da Anistia de 1979.

Em 1988, o governo congelou os salários dos trabalhadores em estatais e as perdas dos petroleiros atingiram 55,39%. Em maio, onze sindicatos de petroleiros marcaram uma greve de 24 horas. A paralisação na Regap acabou ultrapassando as 24 horas e quase parou a produção. Houve punições e oito demissões em Minas. Foi criado um fundo de solidariedade para ajudar os demitidos, que

em toda a Petrobrás chegou a 40 trabalhadores.

Em janeiro de 1989, aconteceu uma paralisação de uma hora em Minas e em todas as unidades da Petrobrás para forçar a empresa a cumprir os direitos trabalhistas da nova Constituição de 1988 (turno de 6h, licenças maternidade e paternidade, etc).

Luiz Fernando Maia, presidente do Sindipetro/MG nas gestões entre 1982 e 1990, lembra que, no período, a categoria petroleira teve conquistas importantes como o estabelecimento do número mínimo de trabalhadores em cada setor. Ele ressalta a importância da reorganização do movimento sindical, fortalecido pela CUT e o novo papel que a comunicação assumia. “O Sindipetro/MG investia na comunicação com a base e com a mídia. Sem comunicação, não conseguimos nada”, sentencia.

Greves de 94 e 95: marcos de luta da categoria petroleira

Em Minas, a produção da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, foi parada totalmente pela primeira vez

Após um governo desastroso, com confisco da Poupança e corrupção, o então presidente Collor de Mello sofreu um processo de impeachment. Seu afastamento em 1992, foi precedido de uma onda de manifestações que tinha à frente as centrais sindicais com participação de estudantes, os “caras pintadas”. Itamar Franco, vice de Collor, assumiu o governo até as eleições de 1994, quando foi eleito o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Em 1994, o movimento sindical denunciava as perdas salariais dos diversos planos econômicos e protestava contra o fim do monopólio do Petróleo. Entrava em vigor o Plano Real e a categoria petroleira deliberou, em congresso, o apoio à candidatura de Lula e a articulação de uma campanha salarial unificada com várias categorias.

Houve a decisão de greve nas unidades da Petrobrás. Em Minas, a produção da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, foi parada totalmente pela primeira vez. Não houve acordo sobre o número mínimo de trabalhadores que ficariam dentro da Regap e a greve

considerada abusiva pelo TST.

Entre o final de 94 e início de 95, foram demitidos sete diretores do Sindipetro/MG. Ao todo, 29 trabalhadores foram punidos. Diante das contas do Sindicato bloqueadas, a categoria decidiu aumentar a contribuição e manter-se em solidariedade com os punidos até que todos fossem reintegrados.

Em maio de 1995, uma nova greve foi deflagrada e durou 32 dias. As reivindicações giravam em torno do reajuste salarial de 26,63%; cumprimento do acordo assinado em 25/11/94,

reintegração dos demitidos e luta contra privatizações. O movimento se transformou em símbolo do enfrentamento dos trabalhadores brasileiros ao projeto neoliberal do então governo de FHC cuja marca foram as privatizações, o desmonte de direitos trabalhistas e de conquistas sociais da Constituição Cidadã, de 1988.

O TST também julgou a greve de 95 abusiva e estabeleceu multa para os sindicatos de 100 mil reais por dia parado, julgando improcedente as reivindicações da categoria. O Sindipe-

tro/MG teve bens penhorados.

“Quando saímos à rua defendendo o monopólio do petróleo e as estatais, tem gente que pensa que é uma luta corporativa, mas estamos defendendo o direito de uma sociedade inteira, porque a privatização é a entrega da soberania”, discursava na época o então presidente do Sindipetro/MG nas gestões entre 1990 e 1999, Márcio Nicolau Machado (falecido em 2019). Em julho de 1995, a categoria decidiu em assembleia pela filiação à FUP e elegeu delegados para o 1º CONFUP.



Com a Petrobrás forte, o Brasil voltou a sonhar

Processo de anistia do petroleiros foi o primeiro passo para um novo Brasil

Nos primeiros anos do governo Lula, em resposta à luta da categoria petroleira, a Petrobrás analisou e acatou centenas de pedidos de anistia dos trabalhadores do Sistema Petrobrás que haviam enfrentado demissões ou sanções à sua corajosa participação em mobilizações e à histórica greve de 1994.

A mudança de postura da empresa foi resultado da melhora do diálogo entre a Petrobrás e a categoria petroleira. Porém, o avanço só foi possível devido a política de gestão adotada pelo governo petista, se opondo a forma como a Petrobrás vinha sendo desmontada ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

No total, a Comissão Interministerial concedeu anistia a 88 demissões, 443 advertências, 269 suspensões e 750 punições de petroleiros que, injustamente, não receberam promoções ou aumentos salariais devido à sua participação nas greves de 1994 e 1995. Além disso, ao longo de sua existência, a Comissão desempenhou um papel de relevância ao reintegrar aos quadros da Petrobras 966 trabalhadores anistiados das extintas In-



terbrás e Petromisa.

Neste mesmo período, a Petrobrás apresentava um crescimento significativo como uma empresa energética, proporcionando uma transformação econômica profunda, e reafirmando o seu compromisso social como empresa estatal. O crescimento também impactou no número total de funcionários próprios da empresa. “Durante os governos do PT, a categoria petroleira experimentou um período de conquistas sem precedentes, com a Petrobras saindo de 38 mil trabalhadores, durante o governo FHC, para 86 mil, em apenas 12 anos. Além disso, os salários foram valorizados com

aumentos reais significativos, e melhorias substanciais foram implementadas no plano de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)”, avalia o então presidente do Sindipetro/MG nas gestões entre 1999 a 2017, Leopoldino Martins.

Esse extraordinário crescimento não apenas fortaleceu a Petrobrás como uma das maiores empresas da América Latina, mas também impulsionou a economia nacional. Com mais investimentos e mão de obra, a descoberta do pré-sal, com suas vastas reservas de petróleo, se tornou um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico do país, proporcionando a criação

do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que trouxe investimentos em infraestrutura, saúde, educação e programas sociais, contribuindo para elevar o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento.

Esse período não apenas testemunhou a anistia das injustiças cometidas contra os petroleiros, mas também celebrou o retorno da Petrobrás como uma das empresas líderes do desenvolvimento nacional, tanto na área industrial quanto social. Essa conquista é, inegavelmente, resultado do esforço conjunto da categoria petroleira, que marcou uma época de transformação e progresso no Brasil.



Greve de 2018 trouxe uma nova consciência de classe

A greve nacional da categoria petroleira, entre 29 de maio a 1º de junho de 2018 é uma das mais emblemáticas em Minas. Em meio a greve de caminhoneiros que parou o país, a reivindicação da categoria petroleira era pela mudança na política de preços dos combustíveis, aumento da carga das refinarias e o fim das privatizações anunciadas pela Petrobrás.

Em razão das pressões, diversas bases suspenderam a greve de 72 horas. No entanto, a categoria em Minas manteve o movimento e fez um grande ato na portaria da Regap no dia 1º de junho. “Em greve sozinhos em Minas Gerais, estávamos reunidos na tenda do gramado, juntamente com lideranças sindicais, do MAB e do Levante Popular da Juventude, quando recebemos, com muita come-

moração, a notícia da queda do então presidente da Petrobrás, Pedro Parente, um dos pleitos do movimento. A categoria é outra desde então”, avalia o ex-coordenador-geral do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori (Gestão 2020/2023).

Algumas consequências foram a punição de grevistas e aplicação multa milionária aos sindicatos de petroleiros em greve no País. Em Minas, petroleiros receberam cartas de advertência da empresa e punições que foram revertidas após a atuação do Sindicato na Justiça. No entanto, a greve deixou marcas entre os petroleiros e petroleiras pelo espírito de coletividade e solidariedade na organização sindical, ampliando perante a sociedade o debate contra a privatização da Petrobrás.

Demissões na Fafen motivaram greve histórica

A greve nacional dos petroleiros, ocorrida em fevereiro de 2020, contra o fechamento e a demissão de cerca de mil trabalhadores da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen-PR) foi o primeiro grande enfrentamento sindical no Governo Bolsonaro. O fechamento da fábrica no Paraná fazia parte da estratégia para privatizar a Petrobras.

Em vinte dias de movimento grevista, foram realizadas várias ações, com grande adesão da categoria. Cruzaram os braços cerca de 21 mil empregados em 121 unidades operacionais da companhia, entre plataformas,

refinarias e outras instalações. Na Regap, trinta trabalhadores ficaram retidos compulsoriamente dentro da unidade por mais de 72 horas.

O TST considerou a greve ilegal e determinou a manutenção de 90% do efetivo da Petrobras, aplicando muitas severas aos sindicatos. “A categoria petroleira já tinha muitos motivos para fazer greve, diante do pacote de maldades da então gestão da Petrobrás, mas além da manutenção dos direitos, a luta teve que ser também pelos empregos”, afirma Anselmo Braga, então coordenador-geral do Sindipetro/MG.



Em tempos sombrios, categoria resistiu com solidariedade

Um acordo entre a Petrobrás e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 2019, colocou à venda oito das 13 refinarias da Petrobrás, incluindo a Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim. Todo esse processo de privatização afetou a realidade da categoria petroleira, que convive até hoje com medidas como a redução das manutenções e sucateamento das unidades operacionais com consequente aumento dos índices de acidentes, processos de demissão voluntária e transferências de trabalhadores.

Diante do aumento do custo de vida no Brasil, os petroleiros denunciaram não só a privatização de ativos da Petrobrás, como os altos preços da gasolina e do gás. O Sindipetro/MG realizou dezenas de ações de solidariedade com a distribuição de botijões de gás, cestas básicas e vales para compra de gás e combustível. “Combustíveis a preço justo”, “Não estamos à Venda”, “Petrobrás fica em Minas”, foram algumas campanhas implementadas pelo Sindicato. Em outubro de 2020, foi realizado um ato com o mote #TáCaroACulpaÉdoBolsonaro, que contou com o apoio de mais de 100 entidades em defesa de diversas pautas,

como a luta contra a reforma administrativa, o desemprego e as privatizações.

A má condução do país pelo Governo Bolsonaro, principalmente, diante da pandemia de Covid-19, deixou mais 705 mil mortos no Brasil (setembro/23) e colocou o Brasil de novo no mapa da fome. Um dos momentos mais tensos da pandemia ocorreu em março de 2022, na Parada de Manutenção na Regap, quando 200 trabalhadores testaram positivo. O Sindicato deflagrou uma greve sanitária para denunciar a situação e exigir dos órgãos competentes a interdição da Parada.

Outra luta foi pela garantia de vacinação dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa.

Vitória na Regap

Após seis anos de resistência e luta com ações de mobilização, comunicação, judiciais e articulação política movidas pelo Sindipetro/MG e FUP, a privatização da refinaria foi suspensa após a eleição presidencial de 2022. Em seu terceiro mandato como presidente, Lula garantiu que a Petrobrás não será privatizada e a luta segue pela reconstrução da Petrobrás e do Brasil.

“Resistimos ao golpe de 2016

e à ascensão de uma direita fascista no nosso país, com a eleição do inominável em 2018, diante da prisão política da maior liderança popular desse país e da tentativa de destruição da Petrobrás. Construimos greves históricas e grande legado. Nossa missão seguirá sendo a mesma: lutar em defesa da categoria e da nossa empresa, símbolo da soberania nacional e patrimônio do povo brasileiro”, discursou o atual coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, na grande festa que comemorou os 60 anos da entidade, em 25 de agosto de 2023.

